

José Carlos Lustosa Júnior¹

Far beyond grammar: towards a language teaching without obstacles in the path

Os estudos relacionados ao ensino de gramática são essenciais para a compreensão de como as práticas pedagógicas afetam a aprendizagem dos alunos ao longo do processo educativo nas escolas. Consciente dos desafios de professores e professoras no ensino de gramática, Irlandé Antunes escreveu o livro "Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no Caminho" (2007), que apresenta aos estudantes de Letras, professores de Linguagens e entusiastas em geral, uma obra com reflexões pertinentes à prática pedagógica no que concerne ao ensino de gramática. De forma didática e, ao mesmo tempo, em uma perspectiva teórico-prática, a autora reflete que a dificuldade de se debater sobre o ensino de gramática, nas pessoas em geral, ocorre pelo fato de elas acharem que as questões linguísticas não lhes dizem respeito. Diante disso, a autora tem a finalidade de desfazer alguns equívocos que se criaram acerca desse ensino.

O livro divide-se em quatorze capítulos. Cada capítulo foi cuidadosamente elaborado para levar o leitor à reflexão sobre as análises linguísticas que a abordagem do ensino gramatical pode ofertar. Nesse sentido, a autora toca nos conflitos internos pertinentes ao funcionamento da língua. E também externos, relacionados a fatores históricos e sociais, compreendendo a diferença entre língua e gramática.

No primeiro capítulo do livro, intitulado *Gramática: uma área de conflitos*, aborda-se o ensino de gramática em um panorama abrangente. Para Antunes (2007), a língua é vista como um fator de representação da

identidade cultural de um povo, uma vez que nas situações de fala há cenários, figuras, intenções, valores e histórias diversas construídas sócio-historicamente. A pesquisadora embarca na definição de que gramática é o conjunto de todas as regras de uma língua. Nas palavras da autora "não existe gramática fora da língua", pois "ninguém aprende uma língua para depois aprender a sua gramática", o que ela chama de "gramática interiorizada", revelando que esse conhecimento do falante sobre sua língua é nativo.

No segundo capítulo, intitulado *Que gramáticas existem*, a autora observa que quando se fala em gramática, não se está falando de apenas uma única coisa, ou seja, há diversas situações que se deve considerar. A gramática, por exemplo, pode compreender todas as regras de uso de uma língua e nenhuma língua escapa a essa gramática. Em relação ao ensino de gramática, Antunes (2007) observa que existe uma compreensão simplista e ingênua de que apenas a norma culta segue a gramática. Para ela, toda língua, em qualquer situação de uso, é regulada por uma gramática e que esta não deve ser compreendida de forma cristalizada sob verdades irrefutáveis. Em uma perspectiva científica, o termo gramática pode ser usado para designar um método de investigação sobre as línguas. Diante disso, a autora refere-se a diferentes perspectivas científicas, como a estruturalista, a gerativista, a funcionalista, além da gramática tradicional, cada uma contendo um corpo de teorias que justificam um tipo de abordagem e de análise dos fenômenos linguísticos. Assim, fazendo um paralelo com que Antunes defende, Fiorin afirma que:

1. Graduado em Letras e especialista em Língua Portuguesa e Literatura, ambos concluídos na Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, professor Efetivo da Rede Estadual/CREDE 6 - SEDUC

"A Linguística é uma ciência porque ela, ao contrário da gramática, não se pretende normativa (não tem por finalidade prescrever como se deve dizer), mas se quer descritiva e explicativa (tem por objetivo dizer o que a língua é e por que é assim). Assim como um químico não diz que uma reação é certa ou errada, um biólogo não declara que determinada espécie não deveria existir ou que ela é feia." (Fiorin, 2013, p. 37)

Essa colocação reforça a ideia de que o estudo da língua, sob a ótica da Linguística, não pretende estabelecer regras de uso dessa língua, mas compreender as dinâmicas possíveis de serem analisadas nos usos linguísticos. Desse modo, conviver com diferentes correntes teóricas contribui para ampliar o olhar do linguista e da comunidade científica sobre a língua, afastando-a da rigidez normativa e a aproximando da análise científica dos fenômenos linguísticos.

No terceiro capítulo, nomeado como *A urgência de explorar a gramática sem equívocos*, Antunes revela que os fatos linguísticos fazem parte da construção histórica dos povos. E observa que herdamos dos gregos certas acepções como forma de controlar e preservar a língua contra as ameaças do desaparecimento. Diante disso, construiu-se uma série de equívocos, a saber: a) língua e gramática são a mesma coisa; b) basta saber gramática para falar, ler e escrever com sucesso; c) explorar nomenclaturas e classificações é estudar gramática; d) a norma prestigiada é a única linguisticamente aceita; e) toda atuação verbal tem que se pautar pela norma prestigiada; f) o respaldo para a aceitação de um novo padrão gramatical está prioritariamente nos manuais de gramática. A obra aborda que esses equívocos são cotidianamente fixados na escola, pautados pela ideia de se analisar "padrões ideais" da gramática. Cada um desses equívocos tornou-se capítulos posteriores e merecem destaque nesta resenha.

No quarto capítulo, denominado de *Língua e Gramática não são a mesma coisa*, Antunes assevera que ver língua e gramática como a mesma coisa é um equívoco ingênuo e desprovido de conhecimento. Sobre essa afirmação, a autora argumenta que se isso fosse verdade, bastaria saber a gramática de uma língua para dominá-la completamente. Para ela, isso é uma falácia, desmitificando tal situação ao afirmar que, para haver comunicação social, outras questões estão envolvidas, como a seleção vocabular, a situação de interação, a gramática propriamente dita e a composição dos textos.

No quinto capítulo, intitulado *Não basta saber gramática para falar, ler e escrever com sucesso*, a autora afirma que língua e gramática não se equivalem, ou seja, basta conhecer uma não é o suficiente para dominar a outra. Antunes observa que o apego dos professores às aulas de classificação gramatical detalhada é ocasionado pela crença de que basta saber gramática para se conseguir ler, escrever com sucesso. No entanto, isso é considerado pela autora como um engano, haja vista que é necessário mobilizar diversos conhecimentos para uma comunicação de sucesso, como o "conhecimento do real ou do mundo; o conhecimento das normas de textualização; e o conhecimento das normas sociais de uso da língua".

Para Antunes, no sexto capítulo, intitulado *Explorar nomenclaturas e classificação não é estudar regras de gramática*, há um equívoco recorrente no ensino de gramática. Ela revela que "quando alguém está explorando as terminologias e nomenclaturas das diferentes classes de palavras, é comum ficar a impressão de que se está estudando gramática". Normalmente aborda-se essa metodologia como forma cristalizada de que se optou pelo caminho certo. No entanto, ela observa que o que falta aos leigos é saber diferenciar o que são regras de gramática e o que são apenas elementos terminológicos da gramática, com rótulos e nomes técnicos. Para contextualizar esse equívoco, Antunes define o conceito da palavra "regra" e relaciona no âmbito da discussão proposta, concluindo que as regras gramaticais são o uso das unidades da língua, o como deve ser para se atingir determinado fim. Nesse sentido, esse equívoco tem implicações reais para o ensino, enfatizando que ir além da gramática é ir além das nomenclaturas.

No sétimo capítulo, intitulado *A norma socialmente prestigiada não é a única linguisticamente válida*, Antunes inicialmente exprime a diferença entre norma ideal e norma real. Ela define o conceito de norma linguística, no sentido lato sensu, como amplo, e significa normalidade; no sentido stricto sensu, significa normatividade, norma a ser seguida. Do ponto de vista ideológico, a autora reforça que a expressão "cultura", em norma culta, gera uma compreensão de que quem não a domina é inculto, não tem cultura, ressaltando, inclusive, abordagens trazidas em livros didáticos: "norma culta" versus "norma popular". Já o termo padrão, em norma padrão, foi associado historicamente a um projeto de sociedade letrada, na tentativa de garantir

certa regularidade e uniformidade linguística, uma língua comum ao povo, que fez a escola optar pelo uso modelar da norma culta, isto é, o falar modelar, sem desvios de norma, e socialmente prestigiada. Exemplos desse tipo de abordagem são, segundo Antunes, o uso das regras de concordância e da regência verbal e nominal, da colocação pronominal, da sintaxe etc. Ainda nesse contexto, a autora ainda enfatiza que a norma padrão, apesar de ter certa fluidez na sua prática, não considera os usos linguísticos e efetivos da língua, com implicações para o ensino. A autora reforça a ideia de que não se pode aceitar o fato que existam normas socialmente melhores do que outras, recusando a ideia de que os que não usam a norma culta são pessoas ignorantes e incultas.

No oitavo capítulo, intitulado *Nem todo uso de língua tem que se pautar pela norma culta*, Antunes enfatiza que a ausência de uma base científica sobre o uso da norma culta pode produzir a prática cotidiana centrada em regras fixas; situação, segundo ela, pretenciosa e apenas idealizada, não científica. Antunes observa que abordar essa norma como sendo o centro de tudo é uma forma de desconsiderar o fenômeno da variação linguística, ou seja, uma língua uniforme para pessoas diferentes, para regiões diferentes, para situações de uso peculiares.

Irlandé Antunes aborda que se as situações sociais são diferentes, os padrões de usos também deveriam ser diferentes. Segundo a autora, uma língua idealizada e descontextualizada continua com lugar cativo nas salas de aula. Para a autora, em uma abordagem contextualizada, as variações da língua naturalmente surgirão e os usos reais terão espaço em sala de aula e na vida cotidiana de professores e alunos, ou seja, haveria apreço pela diversidade linguística. Nessa perspectiva, Martelotta indica que:

[...] a gramática cognitivo-funcional alarga o escopo dos estudos linguísticos para além dos fenômenos estruturais e que, portanto, seu ponto de vista é distinto. Esse tipo de gramática analisa a estrutura gramatical, assim como as gramáticas estrutural e gerativa, mas também analisa a situação de comunicação inteira: o propósito do evento de fala, seus participantes e seu contexto discursivo (Martelotta, 2009, p. 63).

Essa perspectiva está relacionada ao que Antunes (2007) disse anteriormente, pois revela a importância de se analisar os fenômenos linguísticos a partir de situações de comunicação, centrada no uso. A autora

critica a postura dos docentes que desprezam a diversidade linguística dos estudantes, uma vez que é na diversidade linguística que se amplia a competência na fala e na escrita, o que só se consegue na prática cotidiana nos eventos de fala e de escrita.

Em *Um novo padrão gramatical não se justifica prioritariamente pelos manuais*, nono capítulo, a autora reforça que os estudos gramaticais tiveram certa relevância quando possibilitaram reflexão filosófica acerca da linguagem ou dos processos cognitivos. Ela observa que o interesse, de algumas culturas, principalmente a greco-latina, em preservar usos baseados em regras fixas é uma prática que retoma aos períodos medievais, quando o que estava escrito nos livros tinha mais força do que os fatos reais. Ao assumir que a gramática não é o único respaldo para as nossas decisões linguísticas cotidianas, assume-se que haverá efeitos imediatos na prática pedagógica, a saber: a) fomento para as observações de práticas reais no uso da língua, baseados em várias situações de comunicação através de textos de diversos gêneros, ou de situações reais da oralidade; b) formação de professores e alunos como autênticos observadores da língua, tornando-se participantes ativos na transformação social, através do interesse especulativo, da curiosidade, da pesquisa, dos questionamentos etc. Tais práticas, segundo a autora, despertaria o interesse pelo estudo de uma língua viva e com aprendizagens reais.

Após essa reflexão, Antunes propõe a análise da origem de tantos equívocos para que se entenda melhor o atual cenário do ensino de gramática no Brasil. Para isso, a autora procura elucidar "o que é uma língua, como ela funciona, quais componentes apresenta e quais implicações sociais e políticas estão embutidas em seus usos". Irlandé Antunes ressalta que por muito tempo a dimensão global do que é uma língua ficou de fora das concepções do que seria uma língua em seu funcionamento e sua natureza textual e discursiva, o que reduz a língua apenas aos seus aspectos gramaticais internos, o que, para a autora, é uma redução prejudicial ao conhecimento humano. Por muito tempo concentrou-se esforços para a correção gramatical, aspecto mantido pelos equívocos ainda persistentes na compreensão do que é a gramática de uma língua, o que poderia ser sanado com uma visão mais científica e difundida do que de fato deveria ser o estudo de uma língua. A autora não "demoniza" o ensino

da norma prestigiada, posiciona-se contrária, porém, quando o foco da prática pedagógica é apenas isso.

Sequencialmente, Antunes chama atenção para o equívoco entre regra de gramática e nomenclatura. Para ela, "vasculhar nomenclaturas não é estudar gramática". Isso implica dizer que realizar atividades com o objetivo de nomear as coisas é uma atividade estéril, vazia de relevância social. Para provar que o ensino de gramática se dá através de nomenclaturas, Antunes mostra um exemplo de atividade em que o foco das perguntas gira em torno da memorização conceitual do substantivo, sem nenhuma análise do texto, dos seus aspectos sociais, da sua temática ou finalidade. A autora termina a análise da atividade colocando que ninguém lê um poema querendo saber quais os tipos de substantivos que compõem o poema A ou B. Nesse sentido, a análise textual fica restrita a uma série de perguntas estritamente gramaticais e que não ensinam o aluno a usar tais regras gramaticais ou quais influências essas palavras tiveram na produção de sentidos dentro do texto.

Após desmitificar alguns conceitos preestabelecidos no ensino de gramática, Antunes propõe um programa de ensino que vá muito além da gramática, visto que isoladamente, esse ensino é insuficiente para o exercício pleno da atividade verbal nas diversas interações sociais, sugerindo que esse programa extrapole o simples gramatical e seja baseado no discurso. Nesse intuito, o texto seria a essência, ou seja, parte da atividade discursiva, enfatizando o estudo da função das diversas classes gramaticais dentro do texto, usando o substantivo como exemplo, essa classe gramatical poderia ser usada na compreensão do processo de referência. Para sugerir um ensino de gramática baseado na análise linguística, a autora percorre diversos conteúdos no campo da gramática. A frase, nessa sugestão, deve ser analisada como constituinte de estruturas maiores, sem a necessidade de memorização, mas de compreensão das partes formando um todo significativo, indo até o estudo da palavra em diversas situações de uso, como a formação do léxico, os usos dos neologismos, os vários tipos de linguagens, a depender do contexto. Essa abordagem nos remete à Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), pois é uma forma ampla de exploração e de análise, defendida por Cunha e Bispo (2013).

Ao chegar no décimo terceiro parágrafo, "Novas concepções de língua e suas repercussões", Antunes revela que seu olhar linguístico é baseado na visão sociointeracionista, cognitiva e sociolinguística, abordando que sua intenção foi a de mostrar que os princípios teóricos, conscientes ou não, orientam todas as nossas escolhas no uso da língua. Para ela, a língua é interativa, variável e que se realiza sob forma de textos orais e escritos, veiculados em diferentes suportes, com diversos propósitos comunicativos, considerando os contextos e os fatores socioculturais na interação entre dois ou mais interlocutores. A autora enfatiza que as práticas pedagógicas sugeridas por ela são mais amplas e mais funcionais. Para endossar e esclarecer essas práticas, ela cita uma análise que fez das questões do ENEM, observando que tais questões primam pela construção de sentidos através do valor semântico das unidades em análise, o que suscita no (a) candidato (a) o estabelecimento de relações entre partes diferentes de um texto, mobilizando conhecimentos linguísticos muitos mais amplos, o que refuta a mera capacidade de reconhecer classificações gramaticais. Para que esse tipo de ensino ocorra de fato, seria necessário, segundo a autora, rever os objetivos de ensino, os livros didáticos utilizados, a formação pedagógica do professor, reiterando que "o estudo escolar da língua deve objetivar a ampliação de todas as competências que a atividade verbal prevê" e que ensinar gramática não é explorar nomenclaturas

Antunes introduz o capítulo final do livro com a frase "É! Língua e gramática não são uma rima, porque não alinham pelo mesmo padrão sonoro; pelo mesmo tom". Interpretando essa colocação da autora, pode-se afirmar que realmente língua e gramática não são a mesma coisa. A gramática é apenas um dos aspectos a ser considerado no ensino da língua materna, visto que, ela é menos abrangente. A interação do indivíduo com o outro pede mais do que palavras e regras gramaticais, pois há o extralinguístico, ou seja, o lado cultural, social da interação; aspectos deixados de fora pelo ensino da gramática normativa. Todavia, a autora não cria opostos entre língua e gramática, mas aborda que ambas deveriam caminhar juntas e de forma complementar, observando os outros aspectos de interação mencionados neste parágrafo. É necessário desenvolver a leitura, a oralidade, a escrita em uma perspectiva interacionista e de diferentes modos de expressão.

Portanto, a obra analisada traz uma análise crítica e necessária sobre o ensino da gramática no Brasil, nela foram destacadas as limitações que as abordagens pedagógicas baseadas exclusivamente no ensino de nomenclaturas e regras fixas impõem ao educando e aos professores, em vez de priorizar o uso prático e discursivo da língua. Antunes desvenda equívocos que foram construídos ao longo do tempo, como a simplificação da relação entre norma culta e competências linguísticas, sugerindo uma abordagem mais inclusiva e com base científica, no intuito de

valorizar a diversidade linguística e a interação sociocultural entre os falantes. Sua análise ressalta que, embora a gramática seja fundamental, ela não deve ser vista como um objetivo em si, mas sim como uma ferramenta para melhorar a comunicação em contextos variados e reais. A visão apresentada por Antunes expande os horizontes pedagógicos ao incentivar os educadores a repensarem os métodos convencionais de ensino e adotarem uma abordagem mais dinâmica e integrada da língua materna.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irlandé. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no Caminho**. São Paulo: Parábola, 2007.

CUNHA, Maria Angélica Furtado da; BISPO, Edvaldo Balbuino; SILVA, José Romerito. Linguística Funcional Centrada no Uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, Maria Maura; CUNHA, Maria Angélica Furtado da (orgs.). **Linguística centrada no uso**: uma homenagem a Mário Martelotta. 1a ed. Rio de Janeiro: Mauad / FAPERJ, 2013, p. 13-39.

FIORIN, José Luiz (org). **Linguística?** Que isso? São Paulo: Contexto, 2013.

MARTELOTTA, Mário Eduardo (org). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2009.